



# O po(l)vo português

**E**NCANTRO-ME ENTRE OS que acreditam que Manuel Carrilho fez bem em publicar o seu livro *Sob o Signo da Verdade*. Independentemente das consequências, as situações que o livro descreve justificam que doravante se possa falar com muito mais legitimidade do «polvo português», essa estranha mas muito eficaz concertação de interesses entre a economia, a política e a comunicação social que a elite geracional do pós-25 de Abril conseguiu já recompor, depois dos abanões revolucionários de 1974.

Exemplo muito claro da afinação precisa desta máquina é o douto parecer que sobre este assunto veio a semana passada emanado da chamada Entidade Reguladora para a Comunicação Social: «O Conselho Regulador considera lamentável que, pelo seu carácter genérico e indiferenciado, algumas das acusações ponham em causa, voluntária ou involuntariamente, a dignidade e profissionalismo do conjunto dos jornalistas.»

**Declaração** muitíssimo estranha, esta abordagem das acusações de Manuel Carrilho acaba, afinal, por escamotear – sob putativa insinuação de «generalismo» – aquilo que o livro tem, precisamente, de mais importante: uma exaustiva enumeração de factos documentados que o autor toma – a meu ver, com inteira razão – por sinais de uma operação delineada pelos media ao serviço de outros interesses, para rebentar, quase desde o ovo, com a sua candidatura à presidência da Câmara de Lisboa: «Porque todos os casos que eu aqui desmonto – escreve Carrilho – são casos que não exigiam grande pesquisa, nem muito trabalho. São casos muito simples – será esse o problema?

– que se esclarecem lendo alguns documentos, ouvindo alguns testemunhos ou, mesmo, abrindo simplesmente os olhos...»

**Apesar** do reconhecido envolvimento mediático das personagens que se foram constituindo em protagonistas desta história, não se trata, aqui, de um episódio qualquer, de mais um folhetinzeco rasca, tão característico da «democracia portuguesa» em versão tablóide. Trata-se, muito pelo contrário, de uma eleição para um importante órgão público, facto que, em qualquer país civilizado, deveria constituir motivo da maior preocupação política e deontológica.

Talvez Manuel Carrilho não se possa queixar (o que, de facto, não fez) da existência de um «sindicato» de jornalistas, políticos e empresários, organizados em conclave para o abater; mas pode queixar-se, sim – e o País com ele – do trabalho dos media portugueses

ses que, refugiados numa cada vez maior prática «opinativa» de redacção, acabam por sustentar a montagem de uma bizarra cena consensual que, na realidade, não controlam, mas cuja perenidade e assentamento social confirmam através do passivo agendamento quotidiano das notícias, dos leads das primeiras páginas ou, claro, das imagens montadas e difundidas pelas televisões.

É esse, precisamente, o essencial do «registro alucinatório» que o livro denuncia logo na primeira página e que o já célebre «plano pelas costas» do pós-debate na SIC Notícias ilustra exemplarmente. Porque é cada vez mais urgente perceber que a verdade de uma imagem roubada à socapa é muito menos o que ela mostra do que aquilo que ela nos revela sobre o inconsciente público de quem a fez. Dissimulado, o polvo mostra-se às vezes; só é preciso agarrá-lo. ■



*Carrilho fez bem em publicar o seu livro*